

# Nova Corte na Aldeia. Internet e ruralidade\*

António Fidalgo  
Universidade da Beira Interior

## Índice

1 O conceito de <i>corte na aldeia</i>	1
2 Aldeias e aldeamentos	2
3 A crise das cidades	3
4 A urbanização geral	4
5 O fim das aldeias	4
6 O novo espaço de vida	5
7 As novas distâncias e o seu desaparecimento	6
8 A reafirmação das identidades	7
9 Os novos aldeões	8
10 O novo luxo: terra, ar e água	9

Tema: Sustentadas tradicionalmente na agricultura, as aldeias vêm-se condenadas à morte pela redução rápida e definitiva da actividade agrícola no conjunto das actividades económicas. O despovoamento brutal do interior de Portugal nas décadas de sessenta a noventa é consequência e espelho da incapacidade de as aldeias acompanharem a mudança económica e social provocada pela modernização do país. As novas tecnologias da informação e da comunicação podem dar azo a uma viragem. Com

\*Publicado em *Diálogos Raianos - Ensaios sobre a Beira Interior*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 89-99

efeito, com as suas reconhecidas potencialidades nas áreas do trabalho, do lazer e da participação cívica, elas transformam o espaço em que vivemos. O ciber-espaço é sobretudo visível nas modificações que introduz no espaço real. Assiste-se actualmente a uma emancipação territorial do espaço da vida, isto é, a uma emancipação do papel socio-económico, cultural e político, do indivíduo relativamente aos seus confins locais. Ora é a partir destas modificações do espaço real que deverá ser repensado o modo de vida das aldeias. A qualidade de vida que se goza nas aldeias, o equilíbrio social e ecológico que as caracteriza, são factores de atracção para muitos que podem desenvolver as suas actividades longe dos grandes centros urbanos.

## 1 O conceito de *corte na aldeia*

Francisco Rodrigues Lobo concebe em *Corte na Aldeia*, obra vinda a lume em 1619, uma corte ideal, onde associa a cultura da corte aos costumes simples do campo. Em 1619 Portugal não tem verdadeira corte, a régia, pela simples razão de que não tem rei: desde 1580 que era regido pelos Filipes de Espanha. Sem rei e a respectiva corte, resta aos cortesãos fazer corte nas aldeias. Rodrigues Lobo escreve na dedicatória do livro:

"Depois que faltou a Portugal a Corte dos Sereníssimos Reis, (...) retirados os títulos pela vilas e lugares de Portugal e os fidalgos e cortesãos por suas quintãs e casais, vieram a fazer Corte nas Aldeias".

A visão de Rodrigues Lobo de uma corte na aldeia, ou seja, de um local de cultura cortesã, refinada, fora da cidade, é no final de século XX mais verosímil que no início do século XVII. Não é por hoje como então a cidade não ter rei, mas sim por a cidade se ter tornado mais numa arena de luta económica e social do que num local de habitação e de convívio. Os cidadãos são hoje, na maioria, suburbanos que trabalham na cidade. As dificuldades de acessos, a desertificação humana dos núcleos urbanos, a museologização crescente desses núcleos, a droga e a violência, a inospitalidade dos subúrbios, o desenraizamento cultural e social, fazem da cidade um dos locais menos indicados para fazer a corte.

O tempo da corte era e é um tempo de ócio. Mas esse tempo, que dantes era prerrogativa de reis e fidalgos, em contraposição aos camponeses que trabalhavam de sol a sol, é hoje um bem de quem vive fora da azáfama das grandes metrópoles.

## 2 Aldeias e aldeamentos

A par da desertificação das aldeias do interior assiste-se ao surgimento, na periferia das grandes cidades, de condóminos milionários e de urbanizações tipo aldeia. Os aldeamentos começaram por ser turísticos, sazonais, mas hoje são também de tipo residencial permanente, à volta dos grandes centros urbanos, a maior ou menor distância. Foram as vias rápidas que os possibilitaram e os problemas urbanos que os impulsiona-

ram. Fugindo aos problemas das cidades, nomeadamente à violência e ao congestionamento, pessoas de elevada capacidade económica optam por ir residir para longe da cidade em condomínios fechados de vivendas.

Diferentemente dos bairros de vivendas cidadãos, os aldeamentos dispõem de infraestruturas colectivas, como piscinas e campos de ténis, que, para além do uso proporcionado a cada residente, estabelecem tipos de convivência e níveis de socialização. O condomínio estabelece de algum modo formas de vida análogas às da aldeia. Criam-se laços de vizinhança típicos de uma aldeia e inexistentes na cidade. Por outro lado ainda há o envolvimento pelo campo tal como ocorre nas aldeias.

O que provoca ou o que justifica estes novos condomínios ou aldeamentos? Antes de mais o sossego e a qualidade de vida impossíveis nas grandes cidades. O que se procura ali é a possibilidade de viver em sintonia com a natureza, gozar o ar puro, deixar as crianças brincar tranquilamente nas ruas, não viver de portas trancadas. As razões dos novos aldeamentos são tanto de ordem social como ambiental. Foge-se tanto à violência como à poluição das cidades.

Mas ao mesmo tempo que os aldeamentos são uma demarcação das cidades, eles continuam a depender das cidades. Ao contrário das aldeias tradicionais, que tinham uma vida económica autónoma, habitualmente baseada na agricultura, os aldeamentos vivem na órbita das cidades. Os aldeamentos são determinados pela cidade. São cidadãos os seus habitantes e é urbano o *modus vivendi*.

A localização do aldeamento é determinada em larga medida pela facilidade e rapidez de acesso à cidade: ou ficando perto

de um nó de auto-estrada ou então de uma estação de caminho de ferro com boas ligações à cidade. Muito mais importante que a distância em quilómetros é o tempo e a comodidade da viagem. A localização do aldeamento joga-se mesmo na relação inversa entre a distância e a rapidez de acesso à cidade: a localização é tanto melhor quanto mais longe estiver da cidade e do desordenamento urbanístico dos subúrbios e quanto mais rápido e cómodo for o acesso à cidade.

Os residentes dos novos aldeamentos dispõem de horários flexíveis de trabalho. Pertencem maioritariamente às profissões liberais ou então são empresários. Não têm de entrar na cidade ou dela sair às horas de ponta. Entram normalmente mais tarde e saem mais cedo ou mais tarde, consoante as conveniências, evitando os congestionamentos de trânsito. Parte deles não se desloca diariamente à cidade, fazem-no apenas uma, duas ou três vezes. Muito do seu trabalho pode ser feito por telefone ou fax.

### 3 A crise das cidades

Os aldeamentos revelam a crise das cidades. As cidades desmembram-se. Os centros das cidades, os históricos e os de serviços, não têm habitantes, mas apenas visitantes e ocupantes. As grandes cidades perdem residentes para as cidades-satélite que crescem e transformam o conjunto em grandes áreas metropolitanas em que se avolumam os problemas sociais e ambientais.

Vejam-se os casos de Lisboa e do Porto. As respectivas áreas metropolitanas, ainda que geradoras de grandíssima parte da riqueza nacional, apresentam em Portugal os maiores problemas sociais (habitação, pobreza, exclusão, droga, criminalidade) e

ambientais (caos urbanístico, tratamento de lixo, poluição do ar e dos cursos de água).

A cidade indubitavelmente extravasou os seus muros, expandiu-se pelas áreas circundantes, urbanizou o mundo à sua volta. A velha contraposição de urbe e orbe está a ser substituída por uma orbe mais e mais urbanizada. Neste movimento a cidade desmembra-se, torna-se difusa. A assimilação que continuamente provoca à sua volta mata o termo de oposição, aquilo que faz a diferença, e com isso destrói a sua identidade. É que não há identidade sem diferença.

Os meios eléctricos e electrónicos de comunicação, nomeadamente o rádio e a televisão, contribuíram decisivamente para o esbatimento das fronteiras da cidade. Hoje qualquer pessoa fora da cidade recebe a mesma informação, os mesmos programas de divertimento, música, filmes e telenovelas, que os residentes da cidade. Aquilo que dantes era um privilégio de quem vivia na cidade, a proximidade da vida política, o saber o que se passava nos centros do poder e a possibilidade de intervir na formação da opinião pública, é hoje comum tanto a residentes da cidade como aos de fora da cidade.

A representação ou encenação pública já não se joga como antigamente em determinados locais físicos, edifícios ou praças, que constituíam o cerne da cidade, mas antes no espaço público dos *media*. Para um político é muito mais importante um minuto na televisão ou uma entrevista num jornal nacional que a sua presença em qualquer ponto que seja na cidade. Trata-se de uma presença não mais espacial, mas sim mediática e esta é independente da cidade.

É fácil de prever que com os novos meios de comunicação o esbatimento acima referido ainda será maior. Se com a rádio, a te-

levisão, o telefone e o fax, a cidade perde as vantagens outrora associadas à presença física, à presença do rei, então com as novas possibilidades de teletrabalho, telemedicina, compras *on-line*, etc., essa perda será ainda mais acentuada.

#### 4 A urbanização geral

O esbatimento das fronteiras da cidade significa o desaparecimento da separação queirósiana entre cidades e serras. Os Zés Fernandes de hoje dispõem das mesmas maravilhas técnicas que os Jacintos. Água canalizada, saneamento básico, electricidade, telefone, telemóvel, carro, computador encontram-se tanto nas aldeias como nas cidades. O modo de vida nos campos urbanizou-se. E parece claro que a uniformização de modos de vida e de valores entre as cidades e as serras tende a ser cada vez maior.

As condições de trabalho nos campos são cada vez mais parecidas com as condições de vida na indústria ou nos serviços, com o mesmo horário de trabalho, as mesmas regalias sociais, as mesmas apetências de consumo, e os mesmos tipos de entretenimento. Além disso, mesmo nas aldeias o sector primário na economia já não é exclusivo, havendo também pequenas indústrias e serviços, a bem dizer idênticos aos das cidades.

Muito mais importante, porém, que as condições “urbanas” das aldeias na uniformização entre os habitantes das cidades e os das serras é a uniformização de mentalidades. A escolaridade obrigatória, o acesso à rádio e à televisão, a emigração do campo para a cidade e a conseqüente ligação familiar entre quem ficou no campo e quem vive na cidade, a considerável melhoria de acessibilidades, a maior mobilidade de pes-

soas e bens, a dupla residência, o fortalecimento dos médios centros urbanos por todo o país, com novas instituições de ensino superior, induziram a valores e comportamentos idênticos. Hoje é fácil encontrar quem na cidade seja menos “cidadino” do que quem vive numa aldeia.

#### 5 O fim das aldeias

É um facto que o sustento económico das aldeias era a agricultura tradicional. Com a modernização e a “industrialização” da actividade agrícola as estruturas produtivas das aldeias ficaram obsoletas, nomeadamente a divisão e a dimensão da propriedade fundiária, a adequação das culturas e dos métodos tradicionais aos mercados, as tecnologias usadas, a formação profissional das pessoas. Em Portugal foi todo um mundo rural, ainda com características medievais, que ruiu a seguir à Segunda Guerra Mundial.

Pertence à sociologia e à história averiguar em detalhe porque é que a resposta às transformações económicas e sociais nas aldeias do interior foi a emigração para o litoral português ou para o estrangeiro. Será consensual todavia que as razões que levaram muitos à saída das suas terras não foram só de ordem económica. Bastas vezes a saída comportava pesados riscos que acabavam por não compensar. Os bairros de lata de Lisboa e de Paris, frequentemente destino imediato de quem emigrava, não constituíam propriamente uma melhoria para quem na sua aldeia gozava de estabilidade social e da segurança económica de um trabalho certo. Tão ou mais importantes do que os benefícios económicos imediatos eram as expectativas que levaram centenas de milhares de pessoas a darem o salto.

Com a electrificação e com os adubos chegaram também novas ideias e novos valores às aldeias. As formas sociais, produtivas e ideológicas, rígidas de séculos, começaram a mover-se e, de repente, em pouco mais de uma ou duas décadas, o velho mundo rural desaparecia.

Por paradoxal que pareça é a urbanização geral, a universalização das formas urbanas de vida e respectivos valores, que leva à emigração das aldeias para as cidades. Em contacto com os novos valores e com as diferentes formas da vida urbana, o mais simples era realizá-los e concretizá-las num novo espaço, de preferência marcadamente urbano. Assim como o vinho novo exige novo vasilhame, assim as novas ideias exigiam novos espaços. Muito mais difícil seria aderir às novas formas de vida no seio das estruturas antigas.

É de presumir que se o esforço e a tenacidade que os emigrantes investiram nos locais de acolhimento tivessem sido investidos nos locais de origem as condições de vida aí teriam melhorado significativamente. Porém, tal seria muito mais difícil, não por condicionalismos meramente económicos, mas sim por condicionalismos culturais e ideológicos. As aldeias não eram somente um local de residência e de trabalho, mas fundamentalmente uma forma de vida, uma maneira de nascer, viver e morrer, solidificada ao longo de séculos, incompatível com os tempos modernos. A generalização da urbanidade atrás referida o que fez foi expor clara e dramaticamente essa incompatibilidade.

As aldeias tradicionais morreram e não vale a pena tentar ressuscitá-las nos moldes em que vigoraram.

## 6 O novo espaço de vida

Entendendo por espaço de vida o espaço balizado pela residência, local de trabalho, local habitual de compras, e locais de culto, cultura e lazer, não há dúvida que o seu perímetro tem vindo a aumentar significativamente. Numa aldeia anda-se a pé, para o trabalho, para a mercearia, para as casas dos familiares, para a igreja. O mesmo já não sucede numa cidade. Aqui há que utilizar meios de transporte, carro, autocarro ou comboio. As áreas metropolitanas assentam mesmo na realidade destes transportes.

As distâncias não são mais o que sóam ser. Os modernos meios de transporte tornaram perto o que dantes era longe. Presentemente assiste-se em Portugal a um extraordinário “encurtamento” de distâncias através das novas estradas e auto-estradas, encurtamento, é óbvio, não em distâncias propriamente ditas, em quilómetros, mas em tempo e em comodidade em as percorrer.

Hoje é trivial encontrar pessoas que no seu dia a dia se deslocam largas dezenas de quilómetros, quando não mesmo ultrapassando a centena. Vivem numa localidade, trabalham noutra, deslocam-se de carro para fazer compras, para visitar amigos, para se divertir, para ir à praia, etc. O facto de as zonas industriais e as zonas comerciais privilegiarem a facilidade de acessos e de estacionamento, muito mais que a proximidade física aos centros residenciais, mostra bem quanto o espaço de vida se alargou e se alterou nas últimas décadas.

A relatividade do espaço de vida depende muito mais do tempo e da comodidade de deslocação que da distância. É que esse espaço é um espaço de deslocação de pessoas, pelo que o que está em causa não é o es-

paço físico em si, mas sim a capacidade de as pessoas percorrerem e viverem esse espaço. Pode-se dizer com propriedade que se assiste a uma libertação do homem relativamente às distâncias geográficas. Não que o homem se tenha convertido num espírito, mas a sua mobilidade empresta-lhe uma leveza que até agora era um atributo exclusivo dos espíritos.

Mas se a facilidade de deslocação permite o alargamento do espaço de vida, esse espaço ficaria de algum modo vazio sem uma comunicação entre os diferentes pontos que marcam esse espaço. Não houvesse comunicação e o espaço de vida alargado fisicamente seria, mais do que um mesmo espaço, um conjunto de pontos de mundos diferentes. Com efeito, para a constituição do espaço de vida, enquanto um mesmo espaço, como espaço pessoal, os meios de comunicação, como a rádio, a televisão, o telefone, o fax, são tão importantes como os meios de transporte modernos e as várias redes viárias. São eles, os meios de comunicação, que emprestam a densidade indispensável ao espaço alargado. É pela rádio, imprensa e televisão, que os trabalhadores de determinada fábrica ou de um hipermercado, vindos de sítios dispersos, afastados dezenas e dezenas de quilómetros, recebem as mesmas notícias, os mesmos programas de diversão e de entretenimento, e assim lhes permite uma convivência de próximos e não de estranhos. É pelo telefone e pelo fax, e hoje sobretudo pelo telemóvel, que um indivíduo assegura uma presença de percepção e de acção que em muito excede a sua presença física. Apesar de o espaço se ter alargado imenso, mais do que nunca, o homem consegue ocupar, pelos meios de comunicação electrónicos, como quando antigamente era muito mais reduzido.

## 7 As novas distâncias e o seu desaparecimento

As novas rodovias em Portugal, as auto-estradas, os itinerários principais e os complementares, vieram trazer uma nova geografia ao país. A distância entre as diferentes localidades não é percebida só a partir da sua localização nos mapas, mas percebida sobretudo através do tempo e da facilidade de deslocação rodoviária entre elas. Desenhado o mapa de Portugal, não de uma perspectiva aérea, mas da perspectiva de que sem se desloca entre as diferentes localidades, ele seria muito diferente. Aqui de pouco valeriam as distâncias de quilómetros em linha recta; as referências seriam agora a velocidade média e o grau de conforto de quem viajasse de uma localidade para a outra.

Da mesma maneira se pode fazer uma nova geografia a partir do custo das chamadas telefónicas. Numa época em que as telecomunicações são cada vez mais um factor decisivo na economia dos países, e na vida das pessoas, pode tomar-se como novo critério de distância o custo por minuto de uma chamada telefónica e a facilidade em estabelecer uma ligação. Obviamente que, por estes critérios, a geografia do mundo se alteraria profundamente. O mundo desenvolvido encolheria extraordinariamente e o terceiro mundo estender-se-ia dramaticamente ainda muito mais. Mas o mesmo acontece dentro de um país. Para uma empresa ou instituição que esteja situada no interior de Portugal os custos telefónicos são muito mais elevados do que para as congéneres situadas em Lisboa. Por exemplo, as chamadas telefónicas feitas de uma universidade situada em Lisboa são na sua larga maioria chamadas regionais, ao custo mínimo. Para uma universi-

dade do Interior, porém, dependente dos ministérios e serviços centrais, muitas das chamadas serão nacionais. Não se trata pois só de uma distância física, mas também de uma distância comunicacional.

Entretanto há alterações importantes a registar nesta geografia das comunicações. Antes de mais, o custo único das chamadas dos telemóveis. Aqui o espaço nacional é único, desaparecendo as distinções entre chamadas locais, regionais e nacionais. Trata-se da destruição de um centro e, correlativamente, das periferias. Quem tem telemóvel não tem um endereço de campo ou de cidade. Passa de um a outro local sem que se altere o modo de comunicação. A noção de proximidade ou de distância neste universo desaparece.

Com a Internet, com o seu custo igual ao de uma chamada telefónica local, com as possibilidades crescentes que a digitalização abre na transmissão de dados, texto, imagem e som, é todo o espaço que se transforma. Mais do que com o telemóvel, confinado a um território, com a Internet é todo o mundo, dos Estados Unidos à Austrália, que se torna a mesma vizinhança. Enviar um *e-mail* para um destinatário residente na mesma cidade ou para um residente num país distante custa o mesmo e leva o mesmo tempo. Aceder a uma página ou “local” da Internet em Portugal ou no estrangeiro é, em princípio, indiferente em termos de tempo e de custo. Consulta-se um jornal ou uma biblioteca estrangeiros da mesma maneira que os nacionais. Aqui deixa de haver fronteiras, as únicas que continuam a existir são as linguísticas. Mas as distâncias tornam-se radicalmente idênticas.

Com a introdução crescente da comunicação via satélite, seja de voz ou de dados,

cada vez menos o papel dos locais será importante na comunicação. Todos os locais da terra terão a mesma acessibilidade comunicativa. Há como que uma desmaterialização do espaço da comunicação. De todo o lado se comunica com todo o lado com a mesma rapidez e com a mesma facilidade.

## 8 A reafirmação das identidades

Em contraposição ao movimento de globalização e de uniformização de estilos de vida, de tipos de trabalho, de hábitos de consumo e de lazer, assiste-se actualmente, na última década do Século XX, a uma reafirmação das identidades seculares, de que os conflitos étnicos são a expressão mais visível e mais dramática. É notório um recrudescimento da afirmação de especificidades face à vaga geral de uniformização levada a cabo sobretudo pelos meios de comunicação e pelas indústrias culturais. Tal afirmação traduz-se na recuperação de tradições moribundas, na consciencialização histórica, na preservação de língua, religião e cultura, e na reivindicação de autonomia administrativa e política.

O retorno às origens é um sinal claro da necessidade de preservar as identidades, e as diferenças, num mundo em que as distâncias e as fronteiras tendem a desaparecer, num mundo cada vez mais igual. Todas as raízes, porém, se fundam na terra, num local próprio. Apesar das novas geografias, a identificação faz-se pelas e nas velhas geografias, nos locais concretos de proveniência.

É neste ponto que as aldeias têm um valor que em muito ultrapassa a sua dimensão sócio-económica. As aldeias continuam a ser um ponto de referência, um elemento crucial de identificação, tanto para os que lá nasceram e de lá partiram, como para os que,

não tendo nascido lá, traçam a sua genealogia a partir de quem lá nasceu, viveu e morreu. Os indivíduos identificam-se pela sua origem, pelas aldeias, suas ou dos seus antepassados. Mas isso só é possível porque as aldeias elas mesmas têm uma identidade própria, uma história.

Ao contrário dos novos aldeamentos, sem passado e sem memória, as aldeias têm toda uma história, mitos e lendas de fundação, têm igreja, cemitério, festas de santos. Demarcam-se umas das outras, não só pela geografia, mas sobretudo pelas tradições, usos e costumes, e um sem número de pequenas especificidades, que lhes emprestam um carácter único e o seu encanto. Talvez mais do que qualquer outro elemento, são os cemitérios que marcam a diferença entre as aldeias e os aldeamentos enquanto ponto de referência identitária. É ali nos cemitérios que se encontram as raízes ancestrais, e diferentes, de quem no mundo actual apenas encontra igualdade e semelhanças.

As aldeias são identidades fortes, de raízes profundas, identidades sedimentadas naturalmente ao longo de gerações, em contraste com a novidade e o artificialismo dos aldeamentos. A sua mais valia num mundo em que as marcas, os famosos “brand”, são parte essencial de produtos e serviços, é evidente.

## 9 Os novos aldeões

São cidadãos os novos aldeões. Cidadãos pelos tipos de trabalho, pelas exigências sociais e económicas, e sobretudo pela educação e cultura. Isso já começa a ser visível nas aldeias próximas dos meios urbanos. O médico especialista que trabalha num grande hospital da cidade, o professor de uma uni-

versidade, o empresário, o advogado com escritório na cidade, que nelas residem são claramente cidadãos. O tempo de trabalho na cidade, a facilidade de deslocação e de comunicações, permitem-lhes trabalhar na cidade e gozar da vida de aldeia. Ora o raio destas permutas entre cidades e aldeias circundantes vai aumentando e os respectivos círculos vão-se tocando e intersectando com os círculos de outras aldeias à volta de outros centros urbanos.

Há que ter em conta que, em muitos destes casos, os cidadãos aldeões ou os aldeões cidadãos têm uma ligação familiar às aldeias em que residem; cresceram nas aldeias, a sua família era de lá, ou tinham casas de família que recuperaram. Mas, por outro lado, há evidentemente novos residentes que não tinham uma ligação anterior, mas que passaram a residir nas aldeias por opção. As razões dessa opção variam obviamente, mas, feita a opção, vão aos poucos adquirindo, pelo menos em parte, a identidade emprestada pela aldeia.

Todavia são as novas formas de trabalho, o trabalho independente, por conta própria, o enorme aumento de diferentes tipos de trabalho executados com computadores, o teletrabalho, que aumentará sensivelmente os residentes das aldeias. Esses trabalhos não são típicos das aldeias tradicionais, mas serão as formas de trabalho dos novos aldeões. Fundamental neste ponto, é que as aldeias não mais terão a sua base económica na agricultura, mas sim no teletrabalho. Daí que os novos aldeões não sejam agricultores, que também poderão ser, mas sobretudo pessoas que desenvolvem o seu trabalho numa economia global assente nas comunicações em rede.

Quem passa os seus dias trabalhando em frente ao monitor de um computador em rede



- e o número dessas pessoas não deixa de aumentar! -, tanto o poderá fazer num arranha-céus de uma grande cidade, como numa casa de aldeia. Só que aqui terá os benefícios de não ter de se deslocar, de não perder horas e horas no trânsito, de poder adaptar o ritmo de trabalho ao seu ritmo de vida.

O que é claro é que estes novos tipos de trabalho pressupõem competências escolares e técnicas que até agora eram características de quem habitava nas cidades. Daqui que as novas tecnologias não significarão a manutenção das aldeias como as conhecemos, mas que as aldeias serão repovoadas por novos aldeões. Contudo, esses novos aldeões, sendo cidadãos, pela educação, pela cultura e pelos tipos de trabalho, terão todas as vantagens em escolher as aldeias onde têm raízes, que sentem como suas, porque dos seus antepassados, com as quais se sentirão identificados.

## 10 O novo luxo: terra, ar e água

O acesso aos bens considerados de luxo aumentou muitíssimo na sociedade de consumo. Jóias, relógios, perfumes, carros, são hoje objectos que uma grande parte da população compra e usa. O supérfluo que dantes era característica dos muito ricos é agora uma característica da própria sociedade de consumo. A esse luxo designo por luxo velho. O novo luxo consiste hoje no que dantes era considerado necessário, como a terra, o ar e a água.

O maior luxo é hoje o espaço físico, casas amplas, jardins, quintas. A terra não se fabrica nem se multiplica, apenas se compra e vende a que já existe e sempre existiu. A par da terra há o ar e a água. São necessidades que ninguém pode dispensar, mas o que im-

porta aqui destacar é a qualidade do ar e da água. Gozar ar puro, não poluído, é hoje um bem raro. Ter água em quantidade e em qualidade, viver à beira de um rio ou de um lago de águas limpas, poder regar em abundância um jardim, é algo que se vai tornando cada vez mais difícil.

Os produtos de consumo podem multiplicar-se, produzir-se indefinidamente, mas a terra, o ar e água são bens limitados e, face ao aumento da população, cada vez mais escassos. E onde a sua escassez é maior e já uma realidade é justamente nas cidades. Aí os espaços são exíguos, as zonas verdes sempre poucas, e a poluição do ar, incluindo a poluição sonora, um problema grave. O mesmo se diga para o fornecimento de água, que exige captações sempre mais longínquas.

As aldeias apresentam um equilíbrio entre o espaço de habitação e a natureza que é cada vez mais um bem precioso e que constitui um verdadeiro luxo. Campos e floresta à volta, ribeiras e fontes, silêncio, são marcas que caracterizam habitualmente as aldeias e que proporcionam uma qualidade de vida, impossível ao cidadão normal de uma cidade.

Viver numa aldeia significa mais do que viver num espaço diferente do espaço da cidade. Representa um modo de viver guiado por valores estéticos e até morais. O frenesim da vida urbana tornou-se um elemento viciante de grande parte da população. As pessoas “precisam” das correrias, do barulho, da azáfama da cidade, precisam de emoções. Ao contrário, a quietude e o sossego das aldeias é visto como pasmaceira, como tédio.

No mundo actual das telecomunicações e da Internet, porém, o movimento da cidade já não significa mais informação ou maior

representação relativamente ao sossego das aldeias, tal como uma zona de movimento na cidade não representa maior valia do que um bairro calmo e arborizado dessa mesma cidade. O que conta hoje na vida de uma aldeia é a possibilidade de, através dos novos meios de comunicação, ter os mesmos acessos ao vasto mundo da informação e do trabalho que uma cidade.